

Sarney espera as reações dos credores

GAZETA MERCANTIL

16 MAR 1987

por José Casado
de Brasília



José Sarney

O Brasil não tem uma proposta definida para negociar a sua dívida externa, estimada em US\$ 109 bilhões. O governo optou por esperar um pouco mais, para estudar melhor as reações dos credores estrangeiros à decisão de suspender os pagamentos da dívida por tempo indeterminado.

É uma questão tática, justifica o presidente José Sarney: "Não temos uma proposta definida, detalhada, e nem caberia, neste momento. Estamos estudando o terreno. Dissemos que não podemos continuar pagando US\$ 12 bilhões por ano, e os credores estão indicando que compreendem isso. Vamos aguardar a manifestação deles".

Sarney mostra-se tranquilo. Afinal, passaram-se três semanas desde a suspensão dos pagamentos da dívida e nenhuma retaliação firme dos credores externos, além da retórica, foi computada pelo governo.

"Há manifestações favoráveis na imprensa mun-

dial, algumas até elogiosas, e uma evidente compreensão dos credores. Eles entenderam que não foi uma coisa política estritamente de cunho ideológico. As coisas estão caminhando bem e todos sabem que queremos negociar. Sabem, também, que não podemos e não aceitamos comprometer o nosso crescimento", pondera.

A necessidade de negociação é reconhecida pelos

dois lados acrescenta. "Eles sabem que nós estamos fazendo o que é certo, e nós estamos fazendo o contrário do que foi feito antes. É importante", lembra, "que antes foram feitas muitas cartas de compromisso e que, no final, quem rompeu o acordo sobre a dívida externa não foi o Brasil, foi o Fundo (Monetário Internacional). Eles é que romperam com o Brasil, porque o País não tinha mais reservas. Agora, não, nós protegemos nossas reservas. Eles sabem disso e estão mostrando que compreendem a situação, que era insustentável."

O presidente está convencido de que este é o momento para o País consolidar a modernização de suas relações internacionais. Depois de refletir sobre o tamanho da dívida e o volume do comércio externo, Sarney concluiu pela oportunidade de se criar um grande comitê nacional, de assessoramento ao governo, que possa até mesmo realizar gestões sobre a dívida e o comércio, no exterior.

É uma idéia que está na sua cabeça — diferentes versões indicam que o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, é co-autor desse projeto. "É uma boa idéia", acha Sarney. Com ironia, nota que a representação dos interesses brasileiros, no caso da dívida, foi entregue anos atrás a um restrito comitê de bancos privados credores do País. "Precisamos dar uma outra dimensão na gestão da dívida e também do comércio", acha, "pois já não basta um ministro sair pelo mundo afora: nossa dívida e o nosso

(Continua na página 6)

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, confirmou sexta-feira que até o final deste mês o governo apresentará um programa econômico para vigorar nos próximos quatro anos. Entre as metas do plano está a manutenção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 5 e 7% até 1990.

Ulysses Guimarães, que esteve com Funaro, disse que "as medidas internas" serão examinadas pelo PMDB e, se exigem sacrifício, "ele deverá ser partilhado por todos".

Sarney espera as

por José Casado

de Brasília

(Continuação da 1ª página)

comércio ganharam um tam-

po mais emitir moeda, programar e fazer obras, com base em cheques sem fundos, como no passado. Terão de ajustar seus pro-

gramas à realidade dos recursos disponíveis e vão ter de trabalhar em cima disso."

De sua parte, o cronograma está sendo definido. Dentro de duas semanas envia ao Congresso um projeto de lei que muda totalmente a política de subsídios e, possivelmente, abrange, também, uma reestruturação do sistema de incentivos fiscais federais.

É a preparação de um cenário econômico que, na avaliação de assessores diretos do presidente, pode acabar desaguando em um novo programa de estabilização da economia mais "enxuto" do que o Plano Cruzado de doze meses atrás. A idéia do reengelamento de preços, por exemplo, não chega a ser totalmente exorcizada no Palácio do Planalto. Poderá ser resgatada, mas circunscrita à cesta básica de alimentos, o que seria possível administrar — de acordo com os colaboradores do presidente — num ano em que o País contabiliza uma safra recorde, de 65 milhões de toneladas de grãos (24% maior que a última).

Antes, o governo pretende esperar arrefecer o ânimo reivindicatório que caracteriza a mobilização empresarial e trabalhista neste mês de março. O presidente olha para tais movimentos com a experiência de seus quarenta anos de militância política: "É um quadro absolutamente típico desta etapa de transição".

Conta 2.286 greves, nos mais diferentes setores, durante o ano passado — uma estatística que recentemente lhe foi apresentada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). "E assim mesmo, os operários querem mais salário, os empresários querem mão-de-obra barata e maior lucro: essa explosão é típica dos períodos de transição, foi assim nos Estados Unidos, na França, na Espanha e em Portugal."

Acrescenta: "O importante é notar que nós estamos enfrentando uma catástrofe. O Eisenhower (Dwight Eisenhower, presidente dos EUA na década de 50) era permanentemente acusado de indecisão, mas na verdade ele agia aos poucos, com moderação, com o sentido conciliador. O de Gaulle (Charles de Gaulle, presidente da França na década de 60) fazia o mesmo. Essa ansiedade foi característica das etapas de transição dos regimes políticos em Portugal e na Espanha, mais recentemente".

Mas há um custo político: "E quem paga sou eu. O sacrifício político é meu e eu estou consciente, mas eu tenho confiança e acho que os brasileiros também", diz Sarney.